

Repensar o Atlântico

Berta Cabral

Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional.

Resumo

Os anos que se avizinham serão de esforço, realista, ponderado e profícuo, na real possibilidade de multiplicar o território nacional com a aprovação da extensão da plataforma continental.

O arquipélago dos Açores representa, neste cenário geoestratégico, o “músculo” que poderá incrementar o desenvolvimento com base na economia do mar e do conhecimento do espaço marítimo.

A Defesa Nacional e as Forças Armadas, de igual forma, devem ser capazes de responder às crescentes atribuições, reformulando e adaptando a missão e meios, assegurando um maior produto operacional num espaço mais alargado e de maior exigência.

Abstract

Rethinking the Atlantic

The years ahead will be characterized by realistic and weighted efforts due to possibility of expanding the national territory through the extension of our continental platform.

Under this geostrategic scenario, the Azores archipelago represents the “muscle” which may increment the development of a sea based economy and a better knowledge of our maritime space.

The National Defense and the Armed Forces, should be able to respond to its growing tasks, reformulating and adapting the mission and the assets, guaranteeing a greater operational output in a larger and more demanding space.

“É com os próprios olhos que tiramos do mar a terra que nos faltou.”

Vitorino Nemésio

Cinco séculos após os Descobrimentos e a intensificação do povoamento das ilhas atlânticas, Portugal é levado a repensar o papel que a História lhe reserva neste grande oceano.

Com os Açores a constituírem-se como o vértice que estende o “triângulo estratégico” nacional a uma dimensão invejável, Portugal está na iminência de conseguir a “continuidade territorial” entre o espaço continental e os seus arquipélagos/regiões autónomas, através da extensão da plataforma continental. O veredicto da sub-comissão de análise, a criar no início de 2016, será conhecido dentro de dois ou três anos.

Este novo e imenso bloco não trará grandes novidades nem exigências em matérias como a busca e salvamento, por exemplo, na qual Portugal já é responsável por 5,7 milhões de quilómetros quadrados – a segunda maior fatia do Atlântico Norte, depois da dos EUA, e uma das 15 mais extensas áreas atribuídas a um país, a nível mundial. Mas coloca-nos perante grandes desafios, resultantes, sobretudo, do acesso aos recursos existentes no solo e subsolo marinhos, da imposição ética de os explorar devidamente e da obrigação moral e legal de proteger e preservar este meio marinho.

A par deste processo em curso nas instâncias internacionais, conduzido pela Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, outros fenómenos tendem a fazer crescer a importância do Atlântico, como sejam a duplicação da capacidade do Canal do Panamá ou o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre a União Europeia e os Estados Unidos (TTIP), que facilitará o comércio entre as duas economias mais ricas do planeta e criará um mercado de 800 milhões de consumidores.

Num mundo onde 92% do comércio se faz por mar percebe-se com grande facilidade a conveniência de estar geograficamente centrado no gigantesco canal atlântico, como acontece com as ilhas dos Açores.

Portugal tem um espaço nobre e vasto neste palco principal. O “triângulo estratégico” garante-nos uma posição geográfica de articulação intercontinental, onde se cruzam muitas das mais importantes rotas marítimas e aéreas. O nosso país precisa de ocupar este espaço com ainda mais inteligência e benefício, sabendo defender a unidade oceânica e constituindo-se como laje firme para a ponte que cresce entre a margem europeia e a americana.

Com naturalidade, a Base das Lajes e infraestruturas conexas devem ser aproveitadas para além dos fins militares que ditaram a sua criação, integrando uma plataforma polivalente que apoie logisticamente o crescimento de toda a atividade que se prevê para este espaço.

Prioridade à Defesa

Se o Atlântico tem estas virtudes e as outras comuns aos oceanos – fontes de energia, água e alimento, reguladores do clima, suportes de vida para milhões de pessoas – é imprudente ignorar que também pode transformar-se num “campo” de conflito.

Felizmente, o Atlântico tem sido um espaço de estabilidade e segurança. Em particular no Atlântico Norte, onde “as democracias ocidentais formam uma comunidade de segurança única, que constitui um centro de estabilidade indispensável para a ordem internacional. A aliança ocidental é um garante da estabilidade estratégica internacional. (...) As economias ocidentais são um importante motor da modernização, da inovação e da globalização, e será tanta mais assim quanto a parceria transatlântica se desenvolva através das negociações para uma zona de comércio livre entre a UE e os EUA” (Ministério da Defesa Nacional, 2013).

Só que o curso da História é imprevisível. É uma lição que os açorianos e os portugueses em geral devem ter sempre em mente.

Por isso, desde os primórdios do povoamento, a presença militar nas ilhas foi essencial para garantir a soberania do Estado, de tal forma que chegou a ser o próprio Estado, num episódio em que mais nenhuma outra parcela do território conseguiu manter a independência de Portugal.

Mas foi, principalmente, depois da implantação da Força Aérea, em meados do século XX, e da mais recente convicção de que as Forças Armadas devem ser um pilar de apoio para as populações que os açorianos passaram a ter uma melhor perceção da mais-valia resultante da presença da Marinha, do Exército e da Força Aérea.

A importância que as missões de interesse público assumem numa região geograficamente descontínua, com algumas parcelas sujeitas às limitações da sua reduzida escala, levam os açorianos a uma situação de quase permanente reconhecimento em relação à ação dos militares que cumprem serviço no arquipélago.

A Tranquilidade de ter Militares por Perto

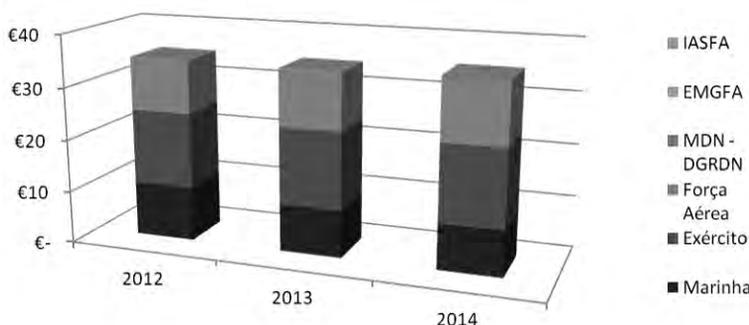
Para os açorianos, há muito que os militares deixaram de representar apenas a soberania do Estado e de ser uma presença tolerada pela necessidade de garantir a defesa de populações e bens.

Quadro 1 – Exemplos de Missões de Interesse Público nos Açores¹

	2010	2011	2012	2013	2014	
Missões de socorro e salvamento operadas pela Marinha (*)	236	212	219	253	190	
Evacuações sanitárias operadas pela Força Aérea	144	155	162	162	194	Missões
	144	171	163	183	224	Doentes

(*) Região de Busca e Salvamento de Santa Maria

As Forças Armadas são olhadas como uma entidade indispensável para se poder viver com tranquilidade nas ilhas, sobretudo nas menos dotadas de infraestruturas, e que, naturalmente, asseguram todas as missões inerentes ao exercício da soberania.

Figura 1 – Despesas com Defesa na Região Autónoma dos Açores (em milhões de euros)

Num propósito institucional, o Estado, através dos três Ramos das Forças Armadas, injeta em média anualmente 35 milhões de euros na economia açoriana de forma direta, através das diversas rubricas de investimentos, operação e manutenção e despesas com pessoal.

Recentemente, o Ministério da Defesa Nacional conseguiu disponibilizar ainda algumas dotações extraordinárias, na ordem de 1,5 milhões de euros, para intervenções imediatas e urgentes em unidades militares e para a recuperação de infraestruturas disponibilizadas ao Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA), à Cruz Vermelha Portuguesa e à Liga dos Combatentes.

1 O Exército tem 55 equipas especializadas para, no âmbito do pioneiro Plano Solidário, dar um apoio insubstituível à Proteção Civil regional, como aconteceu em 2013 nas enxurradas no Faial da Terra e no Porto Judeu, por exemplo.

É indispensável gerar consensos para continuar a investir na presença das Forças Armadas na área territorial dos Açores, por tudo aquilo que elas representam para a afirmação de Portugal enquanto verdadeira potência atlântica, frente avançada da Europa no relacionamento com a América.

Novas Tecnologias

Por força da dispersão das nove ilhas e da sua condição atlântico-cêntrica, os Açores possuem um espaço territorial e uma zona de intervenção e de responsabilidade gigantescos. A área atlântica de busca e salvamento operada pelas Forças Armadas Portuguesas em consequência dos acordos internacionais assume, com os Açores, uma dimensão tal que obriga Portugal a investir tecnologicamente e a equacionar a utilização dos meios mais evoluídos para cumprir as suas missões.

O recurso aos tradicionais meios navais e aéreos, muitas vezes utilizados até ao limite das suas capacidades, convoca-nos a incrementar os níveis de ambição a implementar.

A utilização de novas tecnologias, incluindo veículos aéreos e submarinos não tripulados, são uma realidade incontornável para o cumprimento de uma boa parte das missões da Marinha e da Força Aérea nos Açores.

Exemplo paradigmático é o recurso ao veículo de operação remota (ROV) Luso, que opera no solo marinho em profundidades de até seis mil metros. Desde 2008, o Luso tem sido utilizado com excelentes resultados no estudo do mar profundo e na sustentação científica da submissão portuguesa às Nações Unidas do pedido de alargamento da plataforma continental, em maio de 2009.

Trunfo na Europa

Segundo o *Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013*, “a Europa é a principal área geográfica de interesse estratégico nacional”. Acrescenta o documento que “a unidade nacional e a integridade territorial de Portugal bem como a aliança bilateral com os EUA e a coesão da Aliança Atlântica, tornam o espaço euro-atlântico a segunda área geográfica de interesse estratégico permanente”.

Do ponto de vista dos Açores é menos nítida esta priorização mas não deixa de ser inquestionável que o arquipélago confere a Portugal uma “mega presença” no Atlântico que configura uma ambivalente mais-valia para a Europa e para a América. É preciso jogar este trunfo com sabedoria e visão.

A integração europeia e a globalização provocaram a transferência efetiva de poder político de Lisboa e das outras capitais europeias para Bruxelas e outros grandes centros internacionais, o que coloca novos desafios às autoridades nacionais e regionais de Portugal, obrigando a um posicionamento diferente e incompatível com o tradicional clima de rivalidade. Esta integração potencia a importância geo-

estratégica dos Açores no seio da Europa ao aproximar, com relatividade, este arquipélago da América.

A solução para os problemas que vão surgindo internacionalmente, com impactos imediatos nas economias locais, exigem a adoção de estratégias de cooperação e de participação, ou seja, a concertação de esforços que permitam ao nosso país apresentar-se na cena internacional com uma voz forte e credível.

Na atual conjuntura, os interesses dos Açores deixaram de poder ser defendidos pela via da confrontação. Participar nas tomadas de decisão implica olhar para os órgãos da República como parceiros e a afirmação açoriana deve ser feita através da integração nos organismos nacionais com que Portugal se faz representar na União Europeia e noutros fóruns internacionais.

Mar, esse Desconhecido

São precisamente as relações bilaterais da Europa com os EUA e Canadá que conferem aos Açores uma centralidade potenciadora de inúmeras oportunidades para Portugal e, em particular, para a Região Autónoma. Portugal tem de assumir uma estratégia liderante neste processo.

Pela sua dominância esmagadora, o mar estará sempre no centro de qualquer estratégia para Portugal e, por maioria de razão, para os Açores.

É forçoso reconhecer que a viragem à Europa desviou a nossa atenção do mar e do Atlântico. Cabe-nos retomar este desígnio com vistas largas e determinação, como sugere a *Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020*.

Com a profundidade exigível a um estudo desta natureza, o *Relatório para o Crescimento Sustentável: Uma Visão Pós-Troika* (Silva, 2012), que a Plataforma para o Crescimento Sustentável apresentou no final de 2012, propõe cinco medidas estratégicas assim sintetizadas: reorganizar, reestruturar e regular a economia do mar; criar uma marca distintiva ancorada na aproximação dos portugueses ao mar; reforçar o conhecimento, a ciência e a tecnologia e as competências na área do mar; estabelecer um novo modelo de financiamento e de governação do mar; e proteger os oceanos das consequências das alterações climáticas.

Se conseguir maximizar o potencial da plataforma continental, além de ter acesso a importantes matérias-primas e recursos energéticos, Portugal colocar-se-á no centro das redes portuárias internacionais e das rotas comerciais e energéticas, com benefícios óbvios para os Açores.

Quando olhamos para a imensidão do território que resultará do alargamento da plataforma continental, a primeira abordagem que se exige é a da promoção do conhecimento.

Ninguém defende o que não tem mas também ninguém defende o que não sabe que tem.

Portugal está obrigado a um forte investimento na investigação para poder liderar o processo de exploração do mar profundo que, na Europa, é quase exclusivamente nosso. Considerando as zonas económicas exclusivas (ZEE) das três parcelas territoriais de Portugal continental, Açores e Madeira, o nosso país entra no *top 20* dos que têm mais mar, enquanto pela área de terra firme ficamos apenas na 110.^a posição mundial. Se as contas incluírem a extensão da plataforma continental, a soberania e a jurisdição portuguesas aplicar-se-ão a 3,8 milhões de quilómetros quadrados, 40 vezes a nossa superfície terrestre, equivalente a quase todo o espaço terrestre da Europa.

A grandiosidade destes números e do potencial que eles implicam são mais do que suficientes para investirmos com convicção na investigação. A Universidade dos Açores já possui um importante e conceituado legado de conhecimento em ecossistemas de mar profundo mas é preciso ir ainda mais além.

O esforço de concertação entre as entidades regionais e, neste caso, os órgãos do Governo da República com responsabilidades no Mar e na Ciência tem de ser permanente e partilhado, potenciando os benefícios que se adivinham se houver uma abordagem correta e fiscalização adequada.

De igual modo, é necessário alargar o espectro do trabalho que produz conhecimento e fazer da Universidade dos Açores um interface do relacionamento com congéneres nacionais e internacionais, com outras instituições públicas de reconhecido prestígio internacional (como já acontece com o Instituto Hidrográfico) e, até, com entidades privadas vocacionadas para a inovação e que se constituam como veículos de transmissão e aplicação do saber na economia real, com ganhos para todos.

A exiguidade dos orçamentos e a escassez de meios deve servir para aguçar o sentido de oportunidade e a vontade de partilhar, ao mesmo tempo que se refinam os critérios e prioridades.

O novo quadro de fundos comunitários é um instrumento fundamental para, com a devida ponderação, levar avante algumas apostas que serão determinantes no futuro dos Açores e do país, muitas delas já perfeitamente identificadas.

Maré de Desafios

Portugal está confrontado com o desejo de conhecer, investir, explorar e preservar o mar que nos foi legado pela “Ínclita Geração” e pelos seus descendentes.

O ano de 2016 e os seguintes serão de esforço, realista, ponderado e profícuo, na real possibilidade de multiplicar o território nacional com a aprovação da extensão da plataforma continental.

O arquipélago dos Açores representa, neste cenário geoestratégico, o “músculo” que poderá incrementar o desenvolvimento com base na economia do mar e do conhecimento do espaço marítimo.

A Defesa Nacional e as Forças Armadas, de igual forma, devem ser capazes de responder às crescentes atribuições, reformulando e adaptando a missão e meios, assegurando um maior produto operacional num espaço mais alargado e de maior exigência.

Os portugueses são um povo intrinsecamente ligado ao mar, quer vivam do Minho ao Algarve, nas ilhas da Madeira e dos Açores ou na diáspora. Fazem da terra o seu porto de abrigo e dispõem de uma grande riqueza nas águas atlânticas.

É uma questão de proatividade. Como muito bem dizia o Professor Adriano Moreira, numa entrevista ao mais antigo jornal português, “se não formos ter com o mar, o mar vem ter connosco” (Açoriano Oriental, 2015).

Referências Bibliográficas

Açoriano Oriental (2015). “Entrevista ao Professor Adriano Moreira”. *Açoriano Oriental*, 5 de maio.

Ministério da Defesa Nacional (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013*. Disponível em http://www.portugal.gov.pt/media/909457/20130405_cedn_publicacao_oficial.pdf.

Direção-Geral de Política do Mar (2012). *Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020*. Disponível em <http://www.dgpm.mam.gov.pt/Documents/ENM.pdf>.

Silva, Jorge Moreira da (coord.) (2012). *Relatório para o Crescimento Sustentável: Uma Visão Pós-Troika*. Plataforma para o Crescimento Sustentável-PCS. Disponível em <https://info.europa.eu/rocid.pt/files/database/000054001-000055000/000054497.pdf>.